

A INCLUSÃO NA REDE REGULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL: um olhar para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Byanca Teles SILVA

Marlene Barbosa de Freitas REIS

II Simpósio de Pesquisa e Extensão – SIMPEX

Resumo: O presente trabalho abordará o tema sobre as políticas públicas na diversidade, na perspectiva de verificar em que medida ocorre a inclusão na rede regular do ensino público. Para tanto, apresentamos um breve contexto histórico sobre inclusão, importância da escola e o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) neste contexto. Tem como objetivos de pesquisa ler e catalogar os referenciais teóricos necessários para levantamento de dados para o desenvolvimento do projeto de pesquisa e contribuir com a análise dos dados coletados; e por último identificar quais são as formas e as atividades desenvolvidas com os alunos que constituem o público alvo da Educação Especial, nas salas de recursos multifuncionais. A metodologia a ser utilizada será qualitativa e terá como base um levantamento bibliográfico de autores e documentos que tratam o tema, uma vez que se preocupará com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de maneira exploratória para conhecer e interpretar o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais. A pesquisa empírica será desenvolvida por meio de observação e entrevistas a fim de identificar dados na realidade vivenciada no Atendimento Educacional Especializado. Além da participação em conjunto com o projeto “OS REFLEXOS DAS POLÍTICAS DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL NA REDE REGULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL”, podendo contribuir com as pesquisas, as expectativas almejadas são o desenvolvimento e crescimento na área acadêmica e profissional visando novas práticas pedagógicas para o meu futuro profissional enquanto pedagoga, e nos trabalhos acadêmicos em geral. E, de modo especial, no Trabalho de Conclusão de Curso de graduação.

Palavras-chave: Inclusão. Escola. Salas multifuncionais.

1. Introdução

Ao vincular-se à pesquisa “Os reflexos das políticas de diversidade e inclusão social na rede regular do ensino fundamental”, desenvolvida na UEG Câmpus Inhumas pela Professora Dr^a. Marlene Barbosa de Freitas Reis, o presente plano de estudo pretende abordar o tema sobre as políticas públicas na diversidade, na perspectiva de verificar se existe a inclusão na rede regular do ensino público. Para tanto, no decorrer deste trabalho, abordaremos um breve contexto histórico sobre inclusão, qual a importância da escola e o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) neste contexto.

No decorrer da História, é importante observar a luta pelos direitos e igualdade em relação à educação dos “diferentes”, que foram literalmente excluídos do convívio social ao

serem internados em asilos e manicômios, ignorados pelo Estado e pela sociedade como um todo, e até mesmo eliminadas, conforme ocorreu em sociedades antigas. Visto que conceito de deficiência tem sido mundialmente discutido, segundo Sasaki (1997), no âmbito social a pessoa com limitações foi vista como incapaz sem possibilidade de superar as mesmas. Por isso, o autor destaca que, a deficiência passou por quatro fases no processo histórico: “a da exclusão, da segregação, da integração e por última inclusão” (SASSAKI, 1997, p. 60), foco deste estudo.

Iniciamos com a fase da exclusão nas sociedades primitivas, em que a divisão e a permanência no grupo era garantida pelo aspecto da estrutura física, da perfeição e da boa forma. Temos como exemplo duas sociedades a quais supervalorizavam o corpo perfeito, Atenas e Esparta, Platão que viveu nessa época (428-328 a.C.), ao procurar descrever como seria a república perfeita assim afirma: “no que concerne aos que receberam corpo mal organizado, deixa-os morrer (...). Quanto às crianças doentes e as que sofrerem qualquer deformidade, serão levadas, como convém, a paradeiro desconhecido e secreto” (PLATÃO apud SILVA, 1986, p. 124).

Em Esparta, o indivíduo deveria participar da arte da guerra. Este era seu papel social e se não o cumprisse era morto pois, o Estado não tolerava tal descumprimento; nessa época, a prática do extermínio dos chamados “descapitados” era comum, pois eram considerados pecadores e inúteis ao modelo de sociedade. Outro episódio trágico de exclusão que podemos citar no século XX, foi o Nazismo, que dizimou milhares de pessoas sob o pretexto da eugenia. A Eugenia foi criada em 1883 por Francis Galton, que tem como significado “bem nascido”, é uma teoria que busca produzir uma seleção de homens, baseada em leis genéticas, para melhorarem ou até mesmo extinguirem pessoas com algum tipo de deficiência, assim como o próprio Adolf Hitler afirmava:

Agora que nós conhecemos as leis da hereditariedade, é possível impedir que nasçam, numa larga escala, os seres doentes e os que sofrem de severa incapacidade física. Estudei com grande interesse a lei de vários estados americanos sobre a prevenção da reprodução, por pessoas cuja progênie, com toda probabilidade, não terá qualquer valor, ou será prejudicial para a cepa racial... Parece-me que é uma coisa definitiva em termos de hipocrisia e de falsidade interior que estas mesmas pessoas [os críticos sociais] – e são elas, principalmente – chamem de pecado contra Deus a esterilização dos severamente incapacitados, física e mentalmente, e dos genuinamente criminosos. Eu desprezo essa falsa santidade, esta hipocrisia... (Otto Wagener, *Hitler: Memoirs of a Confidant*, Yale University Press, p. 145, 146, apud Edwin Black, op. cit. p. 445, apud PEDROSA, 1999, p. 4).

Com a Segregação, pessoas com necessidades especiais deixaram de ser sacrificadas e atendimento destinado a elas era feito em instituições especializadas, asilos e convênios, como as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). O objetivo principal deste atendimento era assistencialista e não educacional, uma vez que acreditava-se que pessoas com deficiência não conseguiam e não tinham capacidade para avançar no processo educacional.

Já por volta da metade do século XX, surge então a ideia de “integração” com intuito de integrar as pessoas em situação de deficiência na sociedade, reivindicando o direito à educação, ao trabalho, ao lazer entre outros.

Neste período, presenciamos políticas públicas educacionais legitimando a inserção de alunos com deficiência na rede regular de ensino, conforme a LDB/96, capítulo V, no artigo 58, que classifica a educação especial “como modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais”. Ainda afirma que “haverá quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.”, fazendo com que estas sejam inseridas na sociedade usufruindo de forma “mais igualitária” dos deveres e direitos de cidadãos (BRASIL, 1996).

Assim com o curso tomado pela história, observamos a busca por uma educação inclusiva para estes indivíduos, a fim de que, os direitos da pessoa humana possa ser garantido.

Neste sentido, a partir da Declaração de Salamanca (1994), que representou um marco para novas políticas de educação inclusiva, inicia-se a chamada inclusão. Em seguida, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), trouxe novas direções e fundamentos para a educação brasileira, e em concordância a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), para assegurar a permanência e aprendizagem dos alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Sabe-se a importância da inclusão nas escolas, uma vez que a mesma deve ser um ambiente que acolha todos os indivíduos sem discriminação ou distinção. Para confirmar essa assertiva, nos apoiamos em Reis (2006, p. 30) ao expressar e reforçar que:

o conceito de necessidades educacionais especiais se amplia e passa a incluir, além das crianças portadoras de deficiências aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias, que repetem continuamente os anos escolares, que não têm onde morar,, que trabalham para ajudar no

sustento da família, que sofrem de extrema pobreza, ou que simplesmente, estão fora da escola, por qualquer motivo.

Neste caso, a inclusão, portanto, não se refere apenas ao aluno com deficiência, mas a todos que possuem algum tipo de dificuldade de aprender. E para que isso aconteça de forma mais efetiva nas escolas, foi criado o Atendimento Educacional Especializado, o AEE, como suporte para os alunos com necessidades educativas especiais. De acordo o decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008:

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.1).

O AEE é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum (MEC, 2009). Deve ser realizado no período inverso ao da classe frequentada pelo aluno e preferencialmente, na própria escola.

Nas escolas de ensino regular o AEE deve acontecer em salas de recursos multifuncionais que é um espaço organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, projetadas para oferecer suporte necessário à estes alunos, favorecendo seu acesso ao conhecimento (MEC, 2007).

Neste sentido, o AEE é tido como um importante programa voltado para os avanços na aprendizagem do aluno com deficiência na sala de ensino regular. Para tanto, os professores destas salas devem atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações que promovam a educação inclusiva.

A par do exposto, a presente pesquisa deseja promover reflexões sobre a inclusão escolar abordando a institucionalização das Salas de Recursos Multifuncionais e seu papel no âmbito do ensino regular público.

2. Objetivos:

- Ler e catalogar os referenciais teóricos necessários para levantamento de dados para o desenvolvimento do projeto de pesquisa e contribuir com a análise dos dados coletados.
- Identificar quais são as formas e as atividades desenvolvidas com os alunos que constituem o público alvo da Educação Especial, nas salas de recursos multifuncionais (AEE).

3. Metodologia

A metodologia a ser utilizada para o desenvolvimento da pesquisa será qualitativa, onde terá como base um levantamento bibliográfico de autores e documentos que tratam o tema, uma vez que se preocupará com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de maneira exploratória para conhecer e interpretar o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais.

A pesquisa empírica será desenvolvida por meio de observação e entrevistas a fim de identificar dados na realidade vivenciada no Atendimento Educacional Especializado, visto que, de acordo com Ludke e André (1986, p.33-34), “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

Iniciará, portanto, com um levantamento bibliográfico e pesquisa documental para dar fundamentação ao estudo quanto ao funcionamento das salas multifuncionais. Posteriormente será realizada a observação dentro das salas multifuncionais, verificando o funcionamento das salas multifuncionais e a relação aluno – professor, com o objetivo de investigar se as atividades das Salas Multifuncionais contribuem com o processo de inclusão escolar dos alunos com necessidade educativas especiais.

Além da observação, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores responsáveis pelas salas multifuncionais. Estas serão feitas para a compreensão das atividades desenvolvidas para com os alunos. Logo, a pesquisa de campo será executada em uma escola de ensino fundamental no município de Goiânia, localizada na região Norte da Capital.

Por fim, será feita a interpretação e análise da teoria utilizada para fundamentar o trabalho e dos dados coletados na da pesquisa de campo.

Desse modo, elucidaremos como as atividades para estes alunos são desenvolvidas e como contribuem para o processo de inclusão escolar dos alunos público-alvo desta pesquisa.

4. Resultados esperados

Além da participação em conjunto com o projeto “Os reflexos das políticas de diversidade e inclusão social na rede regular do ensino fundamental”, podendo contribuir com as pesquisas, as expectativas almejadas são o desenvolvimento e crescimento na área acadêmica e profissional, visando novas práticas pedagógicas para o meu futuro profissional enquanto pedagoga, e nos trabalhos acadêmicos em geral, em especial no Trabalho de Conclusão de Curso de graduação.

O incentivo e contato direto com as práticas de pesquisa que a UEG oferece, é um grande estímulo para o interesse do acadêmico, pois propicia tanto conhecimentos voltados para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, quanto conhecimentos para a vida pessoal e profissional. Por isso, desperta o meu grande interesse pela Iniciação científica.

Além disso, pretende-se participar em eventos científicos para a apresentação Seminário de Iniciação Científica da UEG; buscar publicação em anais de eventos científicos e periódicos da área e escrita e publicação de um artigo científico e promover discussão e socialização nas escolas pesquisadas oferecendo reflexões sobre as práticas inclusivas na escola regular do ensino público.

6. Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Decreto nº6.571**, de 17 de setembro de 2008. Ministério da Educação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>, Acesso em 15/03/2016.

BRASIL. MEC. UNESCO (Espanha). **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: SECAD/MEC, 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação Inclusiva: limites e perspectivas**. Goiânia: Deescubra, 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política Pública, Diversidade e Formação Docente**: uma interface possível. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PEDROSA, Paulo Sérgio Rodrigues. **Eugenia**: o pesadelo genético do século XX. Parte III: a ciência nazista. 1999. MONTFORT – Associação Cultural. Disponível em:
<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=veritas&subsecao=ciencia&artigo=eugenia_ciencia_nazista&lang=bra>. Acesso: 20/05/2016.